



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
Controladoria Interna
Divisão de Gestão de Riscos

Despacho - TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER

Brasília-DF, 26 de março de 2021.

Senhor Controlador Interno,

Trata-se do Ofício nº 2324/2021-GP, de 24 de março de 2021, por meio do qual o Tribunal de Contas do Distrito Federal encaminha a Decisão nº 877/2021 (SEI 58764940) proferida no Processo nº 12646/2006-e, que versa sobre denúncia acerca de invasão de chácara localizada em São Sebastião/DF, com parcelamento de terra pertencente à Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, bem como de utilização de novo mecanismo de distribuição de terras rurais, criado pelo Conselho de Administração e Fiscalização de Áreas Públicas Rurais Regularizadas – Cafar, vinculado à então Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa (atual Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF).

A Decisão em questão assim resolveu:

"(...) II. levantar o sobrestamento determinado pelo item II da Decisão nº 2.496/2019; III. considerar: a) cumpridos os itens III.a e IV da Decisão nº 81/2017, conforme indicado nos §§ 14/15 e 17 da Informação nº 46/2019 – DIACOMP2 (Peça nº 261); b) prejudicados os itens III.b da Decisão nº 81/2017, tratado no § 16 da Informação nº 46/2019 – DIACOMP2, e V da Decisão nº 181/2018, tratado no § 18 da mesma instrução técnica; **IV. reiterar:** a) à SEAGRI/DF para que, no prazo de 60 dias (sessenta), demonstre o cumprimento do item IV da Decisão nº 80/2016, informando o atual estágio de regularização do Projeto de Assentamento Distrital Nova Camapuã, em especial, demonstrando ainda o atendimento das questões apontadas pelo MPJTCD/DF no Parecer nº 331/2015 – CF (Peça nº 112) e no Relatório de Inspeção nº 2.2001.15 (Processos nºs 070.000.745/2013 e 391.001.385/2013, Peça nº 109), quais sejam: i) a compatibilização do assentamento em questão com o Plano Plurianual de Desenvolvimento Agrícola do DF, apresentando este; ii) comprovação da situação de cada beneficiário assentado na área em questão, notadamente em face de denúncia de que não se trata de trabalhadores rurais, além de serem proprietários de outros imóveis; iii) comprovação da publicação do cadastramento das famílias beneficiadas; iv) esclarecimento, em relação ao CADÚnico, acerca de como este é alimentado e qual é a ordem utilizada para fins de seleção de beneficiários; v) apresentação da documentação atinente ao parágrafo 6º do artigo 289 da LODF; vi) apresentação dos contratos de estágio probatório e concessão de uso, se houver, em relação ao assentamento em tela; vii) apresentação dos Relatórios de Viabilidade Ambiental, dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento e de Uso Familiar, previamente anuísidos pelo INCRA; **b) o item III.a da Decisão nº 2.496/2019, para que a SEAGRI e a TERRACAP, em conjunto, acompanhem o andamento das demandas judiciais**

envolvendo a área em disputa de que tratam os autos em apreço, a exemplo dos Processos nºs 2002.01.1.043544-2 (0014621-62.2002.8.07.0001), 2014.01.1.151721-8 (0037636-86.2014.8.07.0018) e da Ação Civil Pública nº 2014.01.1.135518-7 (0032907- 17.2014.8.07.0018), esclarecendo que tais ações não constituem rol exaustivo, devendo ser acompanhadas outras porventura existentes, mantendo este Tribunal informado sobre sentenças eventualmente prolatadas, inclusive aquelas relativas ao trânsito em julgado; **V. determinar à TERRACAP que esclareça, no prazo de 60 (sessenta) dias, os motivos pelos quais quedou-se inerte quanto ao cumprimento do Mandado de Imissão de posse na área em discussão, haja vista o trânsito em julgado da Ação Reivindicatória nº 2007.01.1.0457377**, conforme informado no Despacho SEI-GDF TERRACAP/DIJUR/COJUR/ULIM, de 10 de setembro de 2019 (Documento SEI/GDF nº 28062150), e a situação atual quanto ao cumprimento desse mandado; (...)." (grifo acrescentado)

Também foram acostados aos autos, o Relatório e o Voto da referida Decisão (SEI 58764791), o Parecer 0095/2021 (SEI 58764554) e a Informação nº 100/2020 (SEI 58764309).

De modo a contribuir para elaboração da resposta, segue também a Decisão Nº 2496/2019, citada na Decisão acima:

DECISÃO Nº 2496/2019

"(...) III – determinar à Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – Seagri/DF e à Companhia Imobiliária de Brasília S.A. - TERRACAP, que: a) acompanhem as ações judiciais que envolvam a matéria discutida nos autos em exame (a exemplo daquelas mencionadas no § 35 da Informação n.º 46/19-DIACOMP2), havendo necessidade de informar a esta Corte as sentenças eventualmente prolatadas, inclusive as relativas ao trânsito em julgado; (...)"

Assim sendo, considerando a natureza do assunto, sugere-se o envio à DIJUR, para conhecimento e providências tanto para o item IV, b quanto para o item V da Decisão nº 887/2021.

Jackeline Viana da Costa
Chefe da Divisão de Gestão de Riscos
DIGER/COINT

De acordo. Encaminhe-se à DIJUR para conhecimento e providências, concedendo prazo até **24 de maio de 2021**, nos termos da Instrução de Serviço nº 03/2021-PRESI, para atendimento ao solicitado.

Com o intuito de preservar a boa e regular gestão da Empresa alertamos que o descumprimento de prazo poderá acarretar sanções, por parte dos Órgãos demandantes nos termos da legislação correlata, observando o previsto nas referidas Normas.

Luiz Cláudio de Freitas
Controlador Interno



Documento assinado eletronicamente por **JACKELINE VIANA DA COSTA - Matr.0002668-9, Chefe da Divisão de Gestão de Riscos e Segurança Institucional**, em 29/03/2021, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CLÁUDIO DE FREITAS - Matr.0002627-1, Controlador(a) Interno(a)**, em 29/03/2021, às 18:43, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **58791068** código CRC= **72059887**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SAM BLOCO F EDIFICIO SEDE - CEP 70620-000 -

33421819